



## **POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: a violência contra a mulher em situação de rua como expressão da questão social**

**Maria Elaene Rodrigues Alves<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

O objetivo de artigo é fazer um breve histórico sobre a questão social e pautar a violência contra a mulher em situação de rua como uma das expressões da questão social nesse contexto de crise. Entendemos que a complexidade desse tema envolve muitos aspectos ligados à sociedade capitalista, às condições e necessidades sociais, de gênero e ausência de políticas públicas para esse segmento que sua vida vive cotidianamente marcada por violência, preconceito e estigma. Compreendemos que estudar a população em situação de rua é uma tarefa hercúlea, pois extensos são os motivos de ida para as ruas.

**Palavras-chaves:** Questão Social. Gênero. Mulher em situação de rua e Violência.

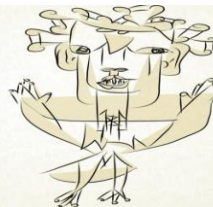
### **ABSTRACT**

The purpose of article is to make a brief history about the social issues and guiding the violence against women in street situation as one of the expressions of the social question in this context of crisis, we believe that the complexity of this topic involves many aspects of capitalist society, the conditions and social needs, and the absence of public policies to this thread that your life daily lives marked by violence, prejudice and stigma. We understand that studying the street population is a Herculean task, because extensive are the grounds to the streets.

**Keywords:** Social issues. Gender. Female street children and Violence

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: elaeneceara@gmail.com



## **I-INTRODUÇÃO: Breves Aspectos das Expressões da Questão Social<sup>2</sup> Brasileira: população em situação de rua, as personagens em questão.**

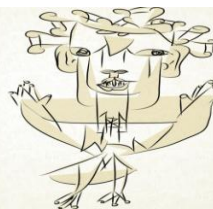
Hoje vivemos em um mundo firmemente mantido sob as rédeas do capital, numa era de promessas não cumpridas e esperanças amargamente frustradas, que até o momento só se sustentam por uma teimosa esperança (MESZÁROS, 2009, p. 37).

A realidade brasileira, embora com suas características próprias, está integrada à tendência de fragmentação mundial que é própria do capitalismo contemporâneo. Ampliam-se nesse contexto as marcas de nossa formação histórica, cujo modelo econômico implantado no país produziu subjugação, pessoal e socialmente, com difícil perspectiva de inserção na ordem mundial com independência. As particularidades de nossa sociedade, pautada em extremas desigualdades, constroem as possibilidades presentes e futuras de desenvolvimento do país com superação das disparidades internas e externas.

O contexto neoliberal e de barbarização humana cotidianamente contribui com o aumento do fenômeno população em situação de rua na medida em que tenciona as possibilidades de trabalho e de inserção social. Esse grupo populacional é heterogêneo e marcado por diferentes realidades, sendo pessoas (homens, mulheres, jovens, famílias inteiras) que têm em comum a pobreza absoluta e a falta de pertencimento à sociedade formal, embora de alguma forma tenham realizado atividades laborais que foram importantes na formação de suas identidades sociais (LOPES, 2000, p.136). As condições de vida desse segmento social em tempos de crise do capital e do trabalho, incorporando expressões históricas e contemporâneas da questão social, tendem há ficar cada dia mais

---

<sup>2</sup> A obra marxiana nos oferece os insumos teóricos para a compreensão da “questão social” como a expressão mais desenvolvida de um tipo de exploração diferenciada “que se efetiva num marco de contradições e antagonismos que a tornam, pela primeira vez na história registrada, suprimível sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social” (NETTO, 2001:46), uma vez que a produção da riqueza é coletiva, mas sua apropriação é privada. Em textos que hoje se tornaram referências indispensáveis no Serviço Social, autores como NETTO (2001) e PEREIRA (2001), embora por argumentos diferentes, apontam a necessidade do embate político entre as classes para que a “questão social” seja deflagrada e se diferencie do simples pauperismo ou da (pouco definida) concepção de “exclusão social”. Como afirma PEREIRA, “a questão social indica [...] a existência de relações conflituosas entre portadores de interesses opostos e antagônicos [...] na qual os atores dominados conseguem impor-se como forças políticas estratégicas e problematizar efetivamente necessidades e demandas, obtendo ganhos sociais relativos. Foi com essa caracterização que a questão social surgiu na Europa no século XIX. [...] Por isso, a questão social é, de fato, particular e histórica.” (PEREIRA, 2001, p.59).



aguda, passando à categoria de precarizados, indivíduos sem trabalho, andarilhos, ex-presidiários, prostitutas, travestis, vítimas de violência familiar, pessoas em situação de drogadição, pedintes, etc.

O fenômeno população em situação de rua não é próprio da atualidade, remonta a formação do ambiente urbano das cidades pré-industriais da Europa no início do sistema capitalista (Bursztyn, 2000). Entretanto, tal fenômeno adquire novas conotações pelas contradições das cidades contemporâneas com suas diferenças intensificadas de maneira negativa, resultando em segregação e intolerância (HARVEY, 2013, p. 30).

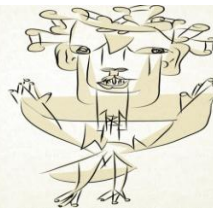
Não podemos encontrar apenas uma explicação para essa população viver nas ruas, pois além de estar relacionado a fatores estruturais, existem grandes variações entre aqueles que podem ser caracterizados como população em situação de rua, isto porque o próprio fato de morar na rua não os torna sujeitos iguais. Nas ruas existem pessoas com diferentes históricos e em situações variadas: “Ser da Rua – Permanentemente”; “Estar na Rua – Recentemente” e “Ficar na Rua – Circunstancialmente” (ROSA, 2005, p.56). Esses diversos sujeitos se apropriam da rua como seu espaço de moradia, de trabalho, de sobrevivência, de passagem, e o fazem de forma circunstancial, esporádica ou permanente.

Dentre os vários segmentos que compõem a população em situação de rua, delimitados como os que estão, são ou mora na rua, nosso estudo volta-se para as moradoras de rua. Essas mulheres vão para a rua por vários motivos: terem rompido vínculos com os familiares, uso abusivo de drogas, violência dentro da casa, falta de recurso para pagar aluguel e, com o passar do tempo, adquirem e constroem novos valores enquanto a rua vai se constituindo em seu espaço de moradia.

A investigação sobre essa temática, e especialmente a delimitação do sujeito da pesquisa nas mulheres que moram nas ruas, merece destaque por expressar a gravidade da questão social<sup>3</sup> no espaço urbano.

[...] as pessoas não escolhem cair na rua, elas como que escorregam para a rua. Vão paulatinamente acumulando perdas até que tudo perdem: trabalho, casa, documentos, saúde, referências afetivas. Um

<sup>3</sup> A “questão social” é intrínseca à sociabilidade capitalista, determinada pela contradição entre capital e trabalho. “Ela envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condessam múltiplas desigualdades, mediadas pelas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais [...]. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta à apropriação privada do trabalho –, a ‘questão social’ atinge visceralmente a vida dos sujeitos [...]. Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, expressando a consciência e luta que acumule forças para o reconhecimento das necessidades de cada um e de todos os indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2008, p. 119-120).



ou outro caso [...], muito raro e de entendimento psicológico e não sociológico, pode ser identificado.

como alguém que optou pela rua [...] alguns moram na rua e ainda possuem vínculos com a família, ficam nessas idas e vindas, mas no final a rua passa a ser sua referência. (ARAÚJO, 2000, p. 44).

Em nossa investigação devemos atentar para a singularidade da violência de gênero nesse espaço que particulariza as vidas das mulheres. Ao mesmo tempo, devemos analisar as várias determinações dessa realidade compreendendo-as como expressões da questão social no contexto de crise do capital.

A hegemonia neoliberal inicia-se no Brasil nos anos 1990 e nada mais significa que uma nova adaptação do país às requisições da ofensiva do capitalismo mundial, ao mesmo tempo em que “[...] reedita o drama crônico como negação da radicalização democrática” (BEHRING, 2003, p. 101). Assim, a burguesia brasileira aliada ao Estado reitera o seu descompromisso com a “ideia de nação”, reafirmando características históricas da formação de uma cultura com marcas de autoritarismo, patrimonialismo, clientelismo, e privatização do público.

No tocante à questão relacionada à população em situação de rua no contexto brasileiro vamos também encontrar “questões velhas com traços novos”. De fato, essa realidade não é recente em outras sociedades, encontrando-se registros desde a idade média quando mendigos e leprosos perambulavam pelas estradas e ruas das vilas. Com o surgimento das sociedades pré-industriais na Europa os camponeses desapropriados e expulsos de suas terras foram procurar emprego na cidade. Como nem todos conseguiam ser absorvidos pela indústria, essa força produtiva excessiva fez surgir um tipo particular de pauperismo que se generalizou por toda a Europa Ocidental no final do século XVIII. O pauperismo atingia os degradados, maltrapilhos e trabalhadores combatidos. Para Marx, essa forma de pobreza afetava indivíduos que:

[...] sucumbem devido a sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e finalmente as vítimas da indústria, cujo número cresce com a maquinaria perigosa, minas, fábricas químicas etc., isto é, aleijados, doentes, viúvas etc. O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva (MARX, 1984, p. 209).



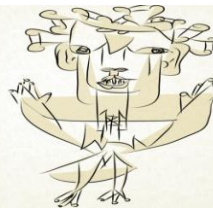
O pauperismo e todas suas formas degeneradas constituem uma condição de existência do modo de produção capitalista. Como todos na sociedade de consumo dependem do mercado, alguns indivíduos sem renda em função de não terem trabalho ou com trabalhos precários acabam tendo sério comprometimento quanto à sua própria sobrevivência. Como não participam do processo de circulação de mercadorias, simplesmente vivem à margem da sociedade. E isto ocorre como necessidade da própria dinâmica do mercado que não precisa de toda a força de trabalho disponível, determinando um fluxo contínuo de atração e expulsão dos indivíduos do mercado de trabalho, privando-os do único valor de que dispõem para se inserirem nos processos de trocas. Se a questão social diz respeito ao conjunto das desigualdades sociais geradas na sociedade capitalista e que tem sua gênese na contradição entre a produção coletiva e a apropriação privada da atividade humana, o trabalho (IAMAMOTO, 2001) no contexto contemporâneo não se configura exclusivamente como desigualdade social entre pobres e ricos.

Na atualidade, a questão social também expressa, além de desigualdades de renda e de propriedade, as diferenças de acesso ao poder, as formas particulares de luta e de resistência material e simbólica que são acionadas pelos indivíduos sociais mediante suas condições de vida, de gênero e de trabalho. Em outros termos, a questão social se designa, portanto, no conjunto das questões reveladoras das condições sociais, econômicas e culturais em que vivem as classes trabalhadoras na sociedade capitalista burguesa. Sendo esta materializada enquanto ambiente político da intervenção das classes e do Estado no capitalismo monopolista em função da constituição da sociedade urbano-industrial e da consolidação da intervenção do Estado que rompe com as propostas liberais clássicas.

É imprescindível estarmos atentos (as) tanto ao surgimento de novos temas gerados pela crise contemporânea do capital quanto à atualização de antigas problemáticas, o caso das mulheres moradoras de rua.

Apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social que são construídas no cotidiano, pois é nesse sentido de reinventar que precisamos pensar as lutas por direitos para as mulheres moradoras de rua, como para outros segmentos sociais que historicamente são estigmatizados e totalmente esquecidos no enfrentamento e nas lutas contra essas desigualdades nesse contexto de crise da sociedade brasileira.

Compreender a questão da população em situação de rua como expressão da questão social é de fundamental importância o entendimento da rua e o que ela significa. A rua significa a cotidianidade na nossa vida social, como lugar de passagem, de interferências, de circulação e de comunicação. Há um mundo diverso que se desponta na rua, dimensão concreta da espacialidade das relações sociais num determinado momento



histórico, revelando nos gestos, olhares e rostos, as pistas das diferenças sociais. “A rua é o lugar onde o homem comum aparece ora como vítima, ora como figura intransigente e subversiva” (CARLOS, 1996, p.85).

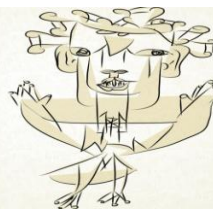
Para as novas formas de produção e reprodução da vida social a cidade é fundamental na consolidação da reestruturação capitalista, pois o espaço urbano oferece condições indispensáveis para dinamizar a capacidade produtiva e a rotação do capital por meio dos equipamentos coletivos e infraestruturas urbanas disponibilizadas pelo Estado. Nesse sentido, mudanças nas forças produtivas e nas formas de organização da gestão e dos processos de trabalho afetam as cidades, tornando-as mais limitadas à dinâmica do capital e suas demandas.

As restrições nas formas de acesso aos bens e serviços urbanos limitam o direito à cidade onde se concentram amplamente as expressões da questão social, em decorrência de radicais mudanças ocorridas na divisão social e técnica do trabalho que atingem diretamente os habitantes dos centros urbanos e principalmente a população pobre. Essas mudanças afetam as políticas de emprego, as políticas sociais e o mercado de trabalho e provocam impactos qualitativos nas condições de acesso da população à cidade.

Na contemporaneidade, o crescente desemprego e a ampliação da precarização das relações de trabalho desencadeiam e atualizam o pauperismo, gerando acúmulo de miséria proporcional ao crescimento do capital, ampliando a desigualdade social tanto nas áreas rurais como nas urbanas.

No capitalismo contemporâneo um aparente consenso sobre o pensamento da cidade e do planejamento urbano com um conjunto de supostas certezas que circunscreve e orientam as formas dominantes de reestruturação e globalização, sustentabilidade e competitividade constituem os eixos em torno dos quais se desenvolve uma grande parte do debate sobre o urbano e são formuladas as prescrições para as administrações municipais. (CUNHA, 2008, p.68).

Esse debate e prescrições ficam muitos a desejar quando pensamos uma cidade e todo seu processo, desde as relações sociais, econômicas, ambientais e no campo das contradições que existem na ocupação da população em situação de rua nas metrópoles. Assim, a rua pode ter sentidos diferentes para os sujeitos que nelas vivem. Ao morarem na rua, esse segmento social sofre várias expressões da violência, incluindo as relacionadas com a droga.



De fato, a violência, em suas várias formas de expressão, tem feito parte da realidade urbana atual, ou seja, todos nós estamos sujeitos a algum tipo de violência. Entretanto, no caso daqueles que fazem da rua seu lugar de convivência e moradia, as diversas formas de violência surgem de todas as partes, trazendo medo, agravando a luta pela sobrevivência e ocasionado à extrema violação de direitos.

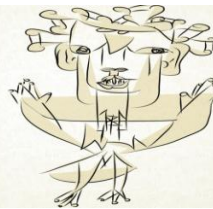
Por sua vez, as dificuldades de sobrevivência nas ruas os levam a sofrer o primeiro tipo de violência que é morar em um espaço público sem as mínimas condições de habitabilidade, com falta de privacidade, sujeitos à fome, às doenças, agressões e descasos do poder público pela ausência de políticas. Em outros casos a rua é também espaço de liberdade, para as mulheres moradoras de rua, elas rompem com a ótica da rua, a rua deixa de ser o contraponto negativo da casa entendida como proteção e cooperação, passando a ser percebida como espaço possível de sobrevivência, como lugar de trabalho e moradia. Trata-se, na verdade, de um processo de perdas, por um lado, e de novas aquisições, por outro. (VIEIRA, BEZERRA E ROSA, 1994, p. 98).

## **II-DESENVOLVIMENTO: Problematizando a categoria gênero, políticas sociais e as várias faces da violência contra a mulher moradora de rua em Fortaleza.**

A violência é uma realidade presente na vida da maioria das mulheres, principalmente, as pobres e negras. Essa violência se dá devido à cultura patriarcal e machista que é incorporada por toda a sociedade que oprime e violenta as mulheres, pois embora homens e mulheres nasçam iguais, a sociedade impõe papéis diferenciados para ambos os sexos, prevalecendo à superioridade dos homens sobre as mulheres. Assumimos como definição de gênero:

[...] baseia-se na conexão íntegra entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. O conceito de gênero, sendo considerado desse modo, implica redefinir a maneira como se constroem as relações entre homens e mulheres a partir de uma identidade masculina e feminina, e essa identidade são construídas e marcadas pela subordinação histórica da mulher. (SCOTTI, 1991, p.13 a 14).

Gênero constitui-se em categoria teórica capaz de explicar as urgências das relações sociais desiguais em que vivem homens e mulheres, mas também adquire o significado de categoria política. Para entendermos a violência contra as mulheres é



importante compreendermos como se dão as relações de gênero e a determinação do patriarcado nessas relações. No Brasil a visibilidade da violência contra a mulher como problema social teve como marco a atuação do movimento feminista a partir de meados da década de 1970, lutas que se ampliaram, no início dos anos 1980, para a denúncia de espancamentos e de maus-tratos conjugais impulsionando a criação dos primeiros serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência, a exemplo dos SOS Mulher e no âmbito governamental das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres (DEAM) criadas a partir de 1985. Enfim, muitas foram às lutas, conquistas e desafios por políticas sociais no enfrentamento a essa grave expressão da questão social.

A reestruturação dos mecanismos de acumulação capitalista nas décadas de 1980, 1990 e nos dias atuais foi bastante desfavorável para as políticas públicas, em especial as políticas sociais. O avanço da ideologia neoliberal corroeu, com muita rapidez e intensidade, as conquistas históricas no tocante aos sistemas de proteção social, redirecionando as intervenções do Estado em relação às políticas públicas. Esse processo foi e tem sido muito prejudicial ao conjunto da população, especialmente às mulheres que vinham obtendo alguns espaços na agenda política, com saldo das lutas do movimento feministas, no sentido de construir políticas que melhorassem suas vidas. Desde os anos 1980, o movimento de mulheres no Brasil reivindica que os governos elaborem e atuem na construção de políticas públicas tendo como foco as mulheres como sujeitas políticas e de direito.

Embora caiba ao poder público modificar as desigualdades sociais, consequência das lutas sociais, é preciso garantir que essa alteração também seja encarada de um ponto de vista de gênero, alterando relações de poder e o acesso aos direitos em sua dimensão social e política. Para que efetivamente se concretize essa perspectiva é fundamental transformar as condições concretas que permitam às mulheres reverter sua condição de desigualdade.

A violência contra a mulher é inerente ao padrão das organizações desiguais de gênero que, por sua vez, são tão estruturais quanto à divisão da sociedade em classes sociais, ou seja, o gênero, a classe e a raça/etnia são igualmente estruturantes das relações sociais (SAFIOTTI, 2004). Na realidade as diferenças entre homens e mulheres têm sido sistematicamente convertidas em desigualdades em detrimento do gênero feminino, sendo a violência contra mulher a sua face mais cruel. No caso das moradoras de rua não se diferenciam totalmente da realidade de muitas outras mulheres porque as relações de gênero, como relações de poder, são marcadas por hierarquias, obediências e desigualdades.





A violência contra a mulher foi sempre tratada no Brasil com muitas reservas, até como tabu, na medida em que foi constantemente remetido à esfera privada. Sua definição é ampla e abarca diferentes formas: física, moral, simbólica, sexual e psicológica que possam ocorrer no domínio público ou no âmbito privado. Portanto, esse fenômeno social tem aspectos semelhantes, mas também diferentes em função da singularidade dos sujeitos envolvidos.

Quando falamos em violência contra a mulher, nos deparamos com a falta de dados e impasses jurídicos que dificultam traçar um retrato completo da violência. Até bem pouco tempo atrás homens cumpriam penas alternativas por crimes de violência contra a mulher por meio do pagamento de cestas básicas. De outro lado, mulheres eram presas e agredidas por reagirem à violência contra elas. Indagações como: quem são os agressores, qual a razão das agressões, quantas mulheres sofrem com a violência doméstica não são contabilizadas oficialmente nos boletins de ocorrência das DEAMs<sup>4</sup>.

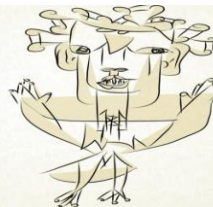
No caso das moradoras de rua a situação dificulta ainda mais, pois elas vivem em total abandono no aspecto das políticas sociais, além da própria falta de documentação tornar ainda mais difícil a acessibilidade a essas políticas. Por todas estas questões, o morar *na rua* adota uma dinâmica própria e paralela, onde o imediatismo, as relações efêmeras e fragmentadas (de trabalho, de amizade, afetivas), a violência, a drogadição e a internalização dos valores negativos designados pela sociedade, determinam certas regras de convivência e sociabilidade. Nesse contexto, a violência na rua é de todas as ordens e não devemos continuar culpando somente as moradoras de rua, os criminosos de rua, prostitutas, crianças, “pretos”, “ou quase pretos”, “ou quase brancos” de serem responsáveis pela violência nas grandes cidades.

Diante deste contexto se faz necessário a intervenção do estado por meio das políticas sociais, pois estas devem contribuir para diminuir as desigualdades sociais buscando a igualdade de condições. Este alcance está atrelado a uma luta da classe trabalhadora.

Ainda que incapazes de instituir a plena igualdade de condições no capitalismo, as políticas sociais podem constituir uma via para a redução das desigualdades sociais, desde que assumidas publica e institucionalmente como sistemas legais e legítimos de garantia de

---

<sup>4</sup> Delegacias especializadas atendimento a mulheres.



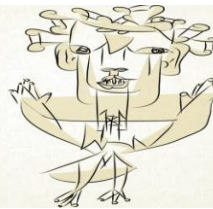
direitos e não apenas como programas focalizados de combate à pobreza extrema. (BOSCHETTI, 2004, 234).

Um dos fatores que estimulam a violência praticada às mulheres é a impunidade, materializada na certeza de que nada acontecerá ao agressor. Portanto, a nosso ver, esta realidade começa a ser modificada com a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), fruto das pressões do movimento feminista e de direitos humanos, que visa prevenir e combater a violência doméstica e de gênero. A ideia principal que norteia essa Lei é a caracterização deste tipo de violência como violação dos direitos humanos e um grave problema de saúde pública, bem como garantir proteção e procedimentos policiais e judiciais humanizados para as vítimas. Acreditamos que ainda existem vários desafios na sua implementação, até por que não se muda cultura só com uma lei, mas afirmamos que é um pequeno passo no enfrentamento a essa questão.

Na análise e compreensão da violência contra a mulher é fundamental levar em conta esses aspectos universais e particulares de forma a apreender a diversidade do fenômeno. No entanto, como são típicos da ideologia, os fenômenos são apresentados de forma inversa, traduzindo desigualdade por diferença, inversão que está, muitas vezes, presente nas esferas dos valores, crenças, benefícios, direitos e privilégios.

### **III- CONCLUSÃO**

Esse trabalho tem nos possibilitado refletir, no próprio cotidiano profissional, acerca das múltiplas dimensões e contradições trazidas pelo objeto desta pesquisa. Em outros termos, esse contato tem nos levado a analisar um segmento que historicamente foi excluído e estigmatizado que é a população de rua. Assim, nosso estudo volta-se para analisar o que significa para as mulheres estar em situação de rua e como tal condição agrava a relação de gênero na situação específica de violência gerada pelo contexto de rua. De acordo com o resultado da nossa pesquisa podemos concluir que existem vários tipos de violência apresentadas pelas mulheres moradoras de rua. Na condição de minoria, para a mulher viver na rua já é uma própria violência no aspecto de gênero. Com isto, as mulheres têm muitas vezes que se submeterem aos homens para sobreviverem e serem ali respeitadas. Neste ambiente acontecem diversas formas de violência: física, sexual, constantes agressões, humilhações, privação de espaço para higiene por não ser ofertado pelo poder público, violência psicológica por parte dos companheiros e policiais, preconceito e estigmas. Podemos diagnosticar de acordo com algumas falas que as drogas fazem parte do cotidiano da maioria da população em situação de rua, seja antes (casa) ou depois (rua). Outra questão analisada é que a relação íntima da rua com as drogas decorre justamente

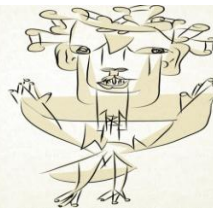


da dificuldade de enfrentar as especificidades difíceis desta vida sem o uso de substâncias. Isto ocorre por conta da busca de algo, encontro ou fuga, insegurança, vergonha, violência, adaptação psíquica e física às adversidades da rua e pelo próprio vício causado pelas substâncias. , o uso de drogas coloca os sujeitos frente a uma sucessão de perdas, seja da família, trabalho, amigos, moradia, etc. Paralelamente às perdas associadas ao uso de drogas, no limite também produzem, para um grande número de pessoas, a própria situação de rua. Romper com essa lógica não depende só das moradoras de rua. Existe uma cultura histórica que é reproduzida cotidianamente em relação à mulher que não lhes permite romper completamente com traços históricos, políticos, culturais e de gênero que perpassam nossa sociedade marcada pelas desigualdades, principalmente a de gênero.

Nesse sentido o ser mulher tenta modificar e batalhar para viver na rua e serem respeitadas, mesmo diante de atitudes machistas e, por conta das violências, essas mulheres vão tecendo linhas e costurando possibilidades de se viver as agruras e ser mulheres moradoras de Rua nessa sociedade. Diante desse contexto as mulheres moradoras de rua entendem que viver na rua tem vários sentidos, é um processo de perdas mais do que de ganhos, e em seus percursos carregam consigo suas histórias de sofrimento, preconceitos e rompimentos familiares. Para essas mulheres a condição de moradoras de rua implica uma trajetória de vidas marcadas por rupturas e os motivos e o modo de vida das moradoras não são uniformes. Para algumas mulheres a rua é sinônimo de risco de abandono, de violência, de preconceitos e de humilhações. Por sua vez, há mulheres que compreendem a rua como experiência que trouxe felicidade e como espaço de reconstrução de vida, quer dizer, é lugar de passagem, travessia e abrigo, enquanto outras vivenciam a rua como ambiente de discórdias, de desfeitas, de delitos e de pequenos ganhos. Percebermos que tal investigação tem significativa relevância social e acadêmica visto que a violência contra a mulher ainda é uma problemática pouco explorada, e quase nula quando tratamos a questão da mulher moradora de rua. Isto é válido quando nos referimos tanto ao enfrentamento dessa problemática a partir das políticas públicas quanto como objeto de estudos e pesquisas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ARAÚJO, Oliveira de Maria Neara. **A Miséria e os Dias**: história social da mendicância no Ceará. São Paulo, 1996.
- ALMEIDA, S. S. **Femicídio**: algemas (in) visíveis do público-privado. Rio de Janeiro: REVINTER, 1998.



- BARBIERI, Teresita. **Sobre a Categoria de Gênero**: uma introdução teórico-metodológica. SOS Corpo, Recife, 1992.
- BERING, Elaine Rossetti. **O Brasil em Contra-Reforma**: desestruturação do estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- BOSCHETTI, Ivanete (org). **Assistência Social no Brasil**: um Direito entre Originalidade e Conservadorismo, 2004.
- CARLOS, Ana Fani Alessadri. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo. Cortez, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.
- MARX, K. **O Capital**. Vol. II, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castaheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Editora UNICAMP – Boitempo, 2002.
- NETTO, J. Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. Revista **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, nº3, 2001.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida. Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SILVA, Maria Lucia L. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. Brasília, Dissertação (mestrado) - UnB. 2006.
- TIENNE, Izalene. **Mulher moradora na rua** – entre vivências e políticas sociais. Alínea Editora.
- VIEIRA, M. da C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Orgs.). **População de rua**: quem é? Como vive? Como é vista? São Paulo: Hucitec, 1994.